24ª SEMANA ACADÊMICA DO SERVIÇO SOCIAL DA UEMG - UNIDADE PASSOS
18/05/2026 a 20/05/2026
19:00 - 19:00
Evento presencial
UEMG/ Unidade Passos - Bloco 5 (CIRE)
Passos, Minas Gerais, Brasil

FAMÍLIA MONOPARENTAL FEMININA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.

Inaê Andrade Sales[1]
Jayane Helena Vasconcelos Arantes[2]
Inês da Silva Moreira[3]

Introdução. As transformações sociais recentes romperam com o modelo nuclear tradicional, consolidando a família monoparental feminina como entidade legítima na Constituição Federativa do Brasil de 1988. Todavia, sua legitimidade legal contrasta com a precariedade material. Este estudo apresenta um panorama sobre como esse arranjo familiar é atravessado pelas desigualdades estruturais de gênero, classe e raça, e como o Estado responde a essa demanda. **Tema e objeto do trabalho. Tema** Família monoparental feminina no Brasil sob a ótica das desigualdades e políticas sociais. **Objeto** : Desafios socioeconômicos de mães solo e contradições entre o aparato legal e a precarização real da vida. **Objetivos**. **Geral**: Analisar a constituição histórica e os desafios da monoparentalidade feminina, discutindo políticas públicas e a intervenção do Serviço Social. **Específicos**: Identificar os impactos da divisão sexual do trabalho na maternidade solo; avaliar a eficácia das legislações (ECA, PNAS, Maria da Penha); e descrever ações profissionais para a emancipação dessas mulheres. **Metodologia:** Utiliza-se o método **crítico-dialético** para analisar o fenômeno além da aparência, buscando as contradições capital-trabalho. A pesquisa é bibliográfica e exploratória, interpretando as determinações históricas e sociais do capitalismo brasileiro. **Referencial teórico.** A fundamentação utiliza autores como **Iamamoto e Netto** para discutir a "questão social". **Saffioti e Federici** sustentam a crítica ao patriarcado e à invisibilidade do trabalho reprodutivo (cuidado). **Fonseca e Diniz** trazem a complexidade da maternidade solo, enquanto **Mota** aponta como o racismo estrutural agrava a "feminização da pobreza". **Resultados parciai**s. A chefia feminina no Brasil é predominantemente negra e pobre. A carência de creches e o abandono paterno naturalizado sobrecarregam as mulheres, confinando-as à informalidade. O Serviço Social atua na

[1] Inaê Andrade Sales, discente, inae.2148846@discente.uemg.br
[2] Jayane Helena Vasconcelos Arantes, discente, jayane.2148849@discente.uemg.br
[3] Inês da Silva Moreira, docente, ines.moreira@uemg.br

viabilização de direitos como Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada e no combate ao isolamento social. **Considerações finais.** Conclui-se que a monoparentalidade feminina reflete a desigualdade estrutural. Apesar dos avanços legais, as políticas permanecem fragmentadas e de cunho neoliberal, priorizando apenas a transferência de renda. É urgente universalizar políticas de cuidado e habitação. A prática do Assistente Social deve ser ética e política, visando a autonomia das mulheres e a proteção integral de seus filhos.

Palavras- chave: Família Monoparental Feminina; Políticas Públicas; Maternidade Solo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha.

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) — Lei nº 8.742/1993

FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa. Elefante, 2017.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na Contemporaneidade. Cortez, 1998.

NETTO, J. P. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. Cortez, 2011.

MOTA, A. E. A questão social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado, violência. Expressão Popular, 2004. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.